

Valor considerado no período de Jan/25 a Fev/25 e Mai/25 a Dez/25 (período em que as contribuições foram superiores ao total da despesa, sendo o valor deduzido limitado ao total da despesa com inativos e pensionistas, que é integralmente suportada pelos recursos do FUNAFIN)	R\$ 438.336.963,56
Valor considerado no período de Mar/25 a Abr/25 (período em que as contribuições foram inferiores ao total da despesa, sendo o valor da dedução limitada ao total das contribuições relacionadas ao FUNAFIN)	R\$ 77.905.694,22
TOTAL DA DEDUÇÃO	R\$ 516.242.657,78

Nota5. As despesas com 13º salário de ativos, inativos e pensionistas, bem como suas respectivas contribuições, foram consideradas no mês de dezembro/25, em observância ao princípio da competência. Em relação à informação do adiantamento do 13º salário de ativos, já liquidado e pago em maio, publicado no RGF do 2º quadrimestre, foi mantida no mês anteriormente publicado.

Nota6. A Publicação no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em virtude das limitações deste sistema, exigiu a redução da escala monetária no detalhamento mensal, comparado ao relatório publicado no sítio da STN/SICONFI (<https://siconfi.tesouro.gov.br>), e apresenta divergência no formato do formulário publicado no SICONFI.

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente

Carleide Maria Bezerra

Diretora de Contabilidade

CRC-PE 019946/O

Liosvaldo Xavier Lopes de Souza

Secretário de Finanças e Contabilidade

Roberto José Marques Pereira

Secretário de Auditoria Interna

ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: **Janeiro/2025 a Dezembro/2025**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DIPONIB. DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIG. FINANC. Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos De Exercício Anterior (b)	OBRIG. FINANC. Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos Do Exercício (c)	OBRIG. FINANC. Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercício Anterior (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO CANCELADOS DO EXERC. (g)	EMPENHO NÃO LIQUIDADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	7.742.152,10	-	3.004.734,44	-	-	4.737.417,66	-	-	4.737.417,66
Recursos Ordinários - Adm Direta (Tesouro)	7.742.152,10	-	3.004.734,44	-	-	4.737.417,66	-	-	4.737.417,66
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	721.957.535,80	-	22.917.432,60	-	198.847.670,52	500.192.432,68	-	-	500.192.432,68
Recursos do FERM - PJPE (Nota 1)	498.979.278,29	-	18.239.521,74	-	-	480.739.756,55	-	-	480.739.756,55

Recursos FUNSEG (Nota 2)	19.553.579,14	-	4.677.910,86	-	-	14.875.668,28	-	-	14.875.668,28
Recursos Extraorçamentários Vinculados Precatórios	133.567.468,12	-	-	-	133.567.468,12	-	-	-	-
Recursos Operações de Crédito (Nota 3)	2.478.744,76	-	-	-	-	2.478.744,76	-	-	2.478.744,76
Recursos Provenientes de Alienação de Bens/ Ativos	2.098.263,09	-	-	-	-	2.098.263,09	-	-	2.098.263,09
Outros Recursos Extraorçamentários (Nota 4)	65.280.202,40	-	-	-	65.280.202,40	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II) (Nota 5)	729.699.687,90	-	25.922.167,04	-	198.847.670,52	504.929.850,34	-	-	504.929.850,34

FONTE: Sistema e-Fisco Financeiro - Unidade Responsável - Diretoria de Contabilidade - Recife, 28 de janeiro de 2026.

Nota 1: Recursos do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário de PE - FERM - PJPE

Nota 2: Recursos do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG

Nota 3: Recursos de operação de crédito destinados à execução do projeto de transformação digital do TJPE, conforme contrato firmado entre o Poder Executivo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Nota 4: Outros recursos extraorçamentários compreendem os ingressos pertencentes a terceiros, oriundos de cauções e depósitos relacionadas a licitações e outros ingressos, além das consignações e retenções decorrentes da execução orçamentária.

Nota 4: Conforme orientação constante no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF-15ª edição), a disponibilidade de caixa bruta é composta pelo somatório dos valores evidenciados em caixa, bancos e aplicações financeiras, não fazendo parte desse grupo os créditos a receber com atributo Financeiro (R\$6.295.213,05).

Nota 5: O detalhamento da disponibilidade de caixa deste demonstrativo difere do relatório publicado pelo Poder no SICONFI, em razão de alteração na plataforma do SICONFI, que impossibilitou a criação da identificação dos recursos de acordo com os cadastrados no sistema orçamentário e financeiro, limitando assim aquelas definidas pela STN. Entretanto, obrigatoriamente, mantida a igualdade do montante dos recursos vinculados e não vinculados.

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente

Carleide Maria Bezerra

Diretora de Contabilidade

CRC-PE 019946/O

Liosvaldo Xavier Lopes de Souza

Secretário de Finanças e Contabilidade

Roberto José Marques Pereira

Secretário de Auditoria Interna

ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL